

Vilegiatura Marítima e Urbanização em Tibau/RN

Joane Luiza Dantas Vieira Batista¹

Elizângela Justino de Oliveira²

Resumo

O objeto foco do trabalho é a relação dialética que se estabelece entre a vilegiatura marítima e a urbanização. A vilegiatura marítima consiste em uma prática social, que possui grande espessura histórica e espacial e, visa o ócio e o lazer em zonas litorâneas, por meio da utilização da segunda residência. O recorte espacial é o município litorâneo de Tibau no Rio Grande do Norte, nas três últimas décadas. Tal prática social vem ordenando o uso do território urbano de Tibau, conseqüentemente, promovendo uma urbanização pautada na lógica do lazer. Assim, temos como objetivo analisar como essa prática vem se dando e que tipo de urbanização vem se configurando diante da expansão de novas atividades econômicas e incorporação de novas áreas no contexto da economia globalizada e da reestruturação produtiva, como resposta as crises de acumulação do capital. Para tanto nos utilizaremos da teoria do reordenamento espaço-temporal do autor David Harvey e do trabalho de campo com registros fotográficos e entrevistas realizadas com os vilegiaturistas.

Palavras-chaves: Vilegiatura marítima, urbanização, territorialização e fragmentação.

Introdução

O desenvolvimento espontâneo da vilegiatura marítima no município litorâneo de Tibau³ desencadeou a implantação de uma infraestrutura, como estrada, fornecimento de água e de energia, e instalação da telefonia.

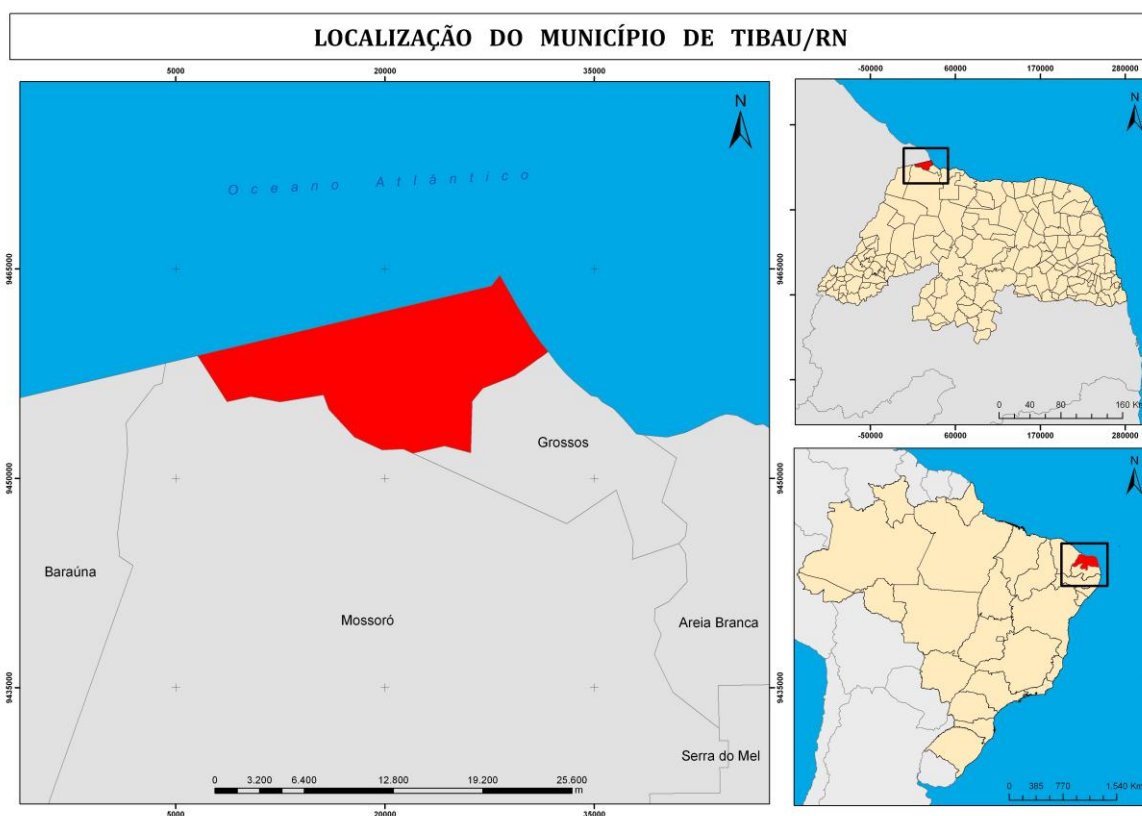
¹ Geógrafa. Atualmente é mestranda no PPGE-UFRN e membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa “Turismo e Sociedade”. E-mail: joaneluiza2010@gmail.com

² Técnica em Controle Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. É licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é mestranda em Turismo (PPGTur-UFRN).E-mail: elizangelaoliveirarn@gmail.com

³ O município de Tibau está localizado no Rio Grande do Norte e pertence à região do Oeste Potiguar, na área de fronteira com o estado do Ceará.

Essa infraestrutura, aliada a uma maior mobilidade da população flutuante dos municípios vizinhos, em busca de ócio, descanso e lazer, para a prática da vilegiatura marítima, resultará em uma modificação da paisagem ao longo do século XX, especialmente a partir de 1980, quando se dá um intenso processo de urbanização costeira, a ponto de a magnitude do crescimento local propiciar a emancipação política e administrativa de Tibau em 1997.

Mapa 1 – Ilustração da área de localização do município de Tibau/RN



Cartografia: Mariana Torres, 2012.

No entanto, a territorialidade desencadeada pela prática da vilegiatura marítima em Tibau aprisiona a população local, devido à “irracionalidade” gerada no campo social e espacial, muito bem evidenciada por (Rosado & Felipe, 1995, p.5), quando afirmam: “O que é hoje a vila de Tibau, ou melhor, como refletir Tibau – vila no seu cotidiano e Tibau – cidade nos grandes piques dos períodos de férias escolares também chamados de veraneio”.

Os agentes locais formadores da territorialidade de Tibau exercem, porém, uma frágil gestão de seu território, gerando, conseqüentemente, uma precária territorialidade, vivenciada

por seus munícipes. Este quadro se deve a uma gestão pautada na lógica da produção e do consumo do espaço do lazer, que é praticada em sua grande maioria por uma população flutuante procedente do município de Mossoró e de outros circunvizinhos.

A relevância que as segundas residências assumem em Tibau pode ser percebida pelo fato de 63,69% de seus domicílios particulares recenseados serem classificados pelo IBGE (2010) como domicílios de uso ocasional - o que significa 2.025 domicílios fechados a maior parte do ano, em contraposição aos 1.021 domicílios de uso permanente.

A população recenseada no município de Tibau em 2010 pelo IBGE foi de 3.687 habitantes, no entanto, no período de “alta estação” (período marcado pela estação de verão), o município recebe uma sobrecarga populacional de aproximadamente 46.000 vilegiaturistas vindos principalmente de Mossoró, segundo informações da Prefeitura local.

A realidade da “alta estação” traz para o município litorâneo serviços de restauração e lazer, deslocados do município de Mossoró e de outros municípios de área de influência do Oeste Potiguar, bem como da Paraíba, intensificando e reativando, assim, o comércio e o serviço locais, a ponto de provocar uma verdadeira metamorfose no território.

Durante o dia, a praia oferece lazer e recreação com restauração ao longo da sua orla, clubes com parque aquático, passeios de bugre, *kit-surf*, passeios de barco e de aeroplanos. À noite, *shows* com banda de renome regional, atraindo pessoas do estado do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará.

As diferenças locacionais “encontradas” ou “especuladas” pelo capital no município litorâneo de Tibau (a beleza paisagística litorânea e seu clima ameno) é que lhe conferem sua singularidade e que definem seu papel dentro da divisão territorial do trabalho na dinâmica urbana regional do Estado, como espaço do/para o lazer. Dentro desta perspectiva, Tibau passa a ser uma mercadoria, o que aponta para a produção do espaço como a construção especulativa do território para a prática do lazer e para os vilegiaturistas.

A linha condutora para se avaliar os processos que promovem a urbanização de Tibau decorrente do consumo do espaço para o lazer está ligada ao regime de acumulação flexível e à política neoliberal instaurada em escala internacional.

Para Harvey (2011), esse tipo de regime, que se impõe no final da década de 1970, representa um modo estratégico do sistema de produção capitalista para solucionar a crise de sobreacumulação de capital, que é inerente a esse sistema, promovendo o reordenamento espacotemporal através da expansão geográfica e da (re) organização espacial.

[...] o capital busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo simplesmente para ter de destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num ponto ulterior do tempo a fim de adaptar sua sede perpétua de acumulação interminável do capital. Esta é a história da destruição criativa inscrita na paisagem da geografia histórica completa da acumulação do capital (Harvey, 2011, p. 88).

Os processos gerados com a flexibilização da organização produtiva do espaço, promovidos pelo mercado financeiro e somados aos valores e práticas socioespaciais, geram decisões outras que norteiam as novas escolhas locacionais - um ambiente fecundo para a dinamização dos processos de urbanização que estabelecem um diálogo dialético com o consumo do espaço do lazer, expandindo, assim, as fronteiras do capital, com o apoio do Setor Imobiliário e criando novas e diversas possibilidades para os assentamentos humanos, onde a moradia enquanto reprodução da vida (valor de uso) passa a ser escamoteada pela produção do que Carlos (2011) chama do “espaço-mercadoria”. É criado, então, o território especulativo, onde os empreendimentos podem assumir diversas possibilidades de troca: desde uma simples segunda residência ao equipamento extra-hoteleiro, ou ao sofisticado condomínio-clubes.

Uma investigação e uma avaliação dos processos de urbanização que vêm se dando no município litorâneo em foco, decorrentes do consumo para o lazer, fazem-se necessárias e urgentes, diante de seus desdobramentos, com novas práticas socio-espaciais, que emergem com uma sociedade do lazer, promovendo, conseqüentemente, diferentes morfologias espaciais, que vêm segregando e fragmentando o espaço litorâneo.

A metodologia definida para a pesquisa em foco foi a pesquisa bibliográfica, visando à construção do aporte teórico do tema em questão; aos levantamentos de dados e análise de documentos que ajudaram na compreensão de como vem se dando a expansão da cidade e da prática do lazer; ao levantamento de dados primários por meio de questionários aplicados, em forma de entrevistas, com os agentes sociais do município em foco, onde foram entrevistados 79 vilegiaturistas e 107 empreendimentos do Setor de Comércio e Serviços; ao registro fotográfico, na tentativa de se resgatar a história da vilegiatura marítima e a urbanização que vem ocorrendo

na lógica do lazer, para se entender o presente e se vislumbrar o futuro dentro de uma perspectiva geográfica; e, por fim, visando à confecção de mapas para se apreender a localização da área em foco, a rede urbana que se estabelece a partir de Mossoró - a grande emissora de vilegiaturista para Tibau - e o tipo de morfologia urbana que vem se configurando no município em foco.

2 - A Vilegiatura Marítima e sua espacialização

Como surgiu o desejo de se morar na praia - um lugar antes relegado aos trabalhadores braçais do porto, que vestiam um mínimo de roupa, e um lugar proibido para mulheres e homens de classe abastada?

A praia também era lugar de se jogarem os rejeitos da cidade, lugar frequentado apenas pelos trabalhadores do porto e por uma parcela da população excluída socialmente, a qual fazia dele a sua morada. Autores que se debruçam sobre o tema da ocupação do Litoral nos expõem que essa lógica do espaço desprezado irá mudar com a emergência de uma sociedade contemporânea.

Segundo (Dantas, 2009, p. 21)

[...] a produção de formas e a geração de fluxos dirigidos para o litoral são concomitantemente, resultado da emergência de valores, hábitos e costumes que transformam o mar, o território do vazio (CORBIN, 1988) e do medo (DELUMEAU, 1978), em espaço atraente para a sociedade contemporânea (PERON, RIEUCAU, 1996).

Ainda segundo Claval (1996, como citado em Dantas, 2009, p. 15), convencionou-se chamar de *maritimidade* a “[...] maneira cômoda de designar o conjunto de relações de uma população com o mar – aquelas inseridas no plano das preferências, das imagens e das representações coletivas em particular”.

Este conceito de maritimidade abre um leque de possibilidades de apreensão dos processos que engendram a ocupação do território litorâneo, como também sua urbanização, de modo que, a partir dele, se irá apropriar do que aqui será chamado de “vilegiatura marítima”.

O referido conceito traz consigo as práticas marítimas tradicionais e modernas. Aquelas dizem respeito à pesca artesanal, ao porto e à marinha. A faixa litorânea ocupada por essas

práticas resulta, embora sem transformações significativas, no espaço da produção da sobrevivência, da troca e da estratégica de segurança.

Já a prática marítima moderna, que, no Brasil, tem início no final do século XIX e começo do XX, compreende as novas formas de relação que as elites estabelecem com o mar, sendo as práticas terapêuticas as que iniciam tal relação, vindo posteriormente o banho de mar, a vilegiatura marítima, com a construção da segunda residência para a promoção da prática do ócio e do lazer, e, mais recentemente, o turismo litorâneo, passando essas atividades, segundo Dantas (2009), a incorporar a zona de praia à tessitura urbana regional.

O tema da vilegiatura marítima vem sendo estudado por historiadores como o francês Corbin, em cuja obra intitulada “O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental” é apresentada a descoberta do mar e da praia pela sociedade ocidental no século XVIII, para a prática com fins terapêuticos, ócio e lazer: “[...] o desejo da beira-mar, que se eleva e se propaga entre 1750 e 1840” (Corbin, 1989, p. 7).

O autor irá chamar esse conjunto de “práticas de vilegiatura marítima”, afirmando ter estas suas raízes fincadas na prática do *otium*, embora com características opostas a este no período que marca o final da República e no dos dois primeiros séculos de Império Romano, sendo seus propagadores os intelectuais e ricos homens romanos. Tal prática, segundo Corbin, representava a “escolha do lazer” - um modelo que será incorporado pelos novos hábitos, ao longo da história da Sociedade Ocidental, e, por isto mesmo, transformado.

O *otium* implica a variedade; leitura, prazeres da coleção e da correspondência, tempo dedicado à contemplação, à conversação filosófica e ao passeio, são desfrutados alternadamente. O repouso ao ar livre é acompanhado às vezes de jogos pueris que a praia propõe: a pesca, a coleta de seixos ou conchas, a natação conjunto de práticas que a amizade e a hospitalidade reúnem num feixe (Corbin, 1984, p. 267)

Corbin afirma que a vilegiatura marítima vem gradativamente transformando-se no decorrer da história, agregando hábitos antigos e novos e se disseminando por toda a Europa, sendo absorvida pelas novas classes sociais, dentro de um movimento dialético de uma realidade inacabada.

[...] É bem verdade que as práticas populares e pequeno-burguesas mais espontâneas não poderiam ser capazes de engendrar essa sociabilidade

finamente codificada que caracteriza então a vilegiatura marítima. Com o passar das décadas, porém, a influência das injunções médicas, o desejo crescente de imitar os nobres, o melhoramento dos meios de transporte que facilitam a organização do lazer nas proximidades dos grandes aglomerados urbanos, concorrem para a aprendizagem e ampliação social das práticas que se vêm então diversamente reinterpretadas (Corbin, 1989, p. 294).

Segundo Dantas (2009), é importante analisar que as influências vindas da Europa e posteriormente dos Estados Unidos para o Brasil necessitam de um olhar cauteloso diante da diversidade e da complexidade da maritimidade praticada no espaço litorâneo do Brasil - o que irá criar práticas socioespaciais diferenciadas, no que diz respeito ao ócio e ao lazer. A cultura, isto é, as singularidades presentes ao longo do Litoral Brasileiro, absorvendo hábitos e costumes externos, será naturalmente codificada e transformada.

O olhar para a praia é reflexo das necessidades de uma elite que, tendo acesso às informações do exterior, passa a ver esse espaço como um lugar atrativo para curar os males do corpo e da alma e, futuramente, para o ócio e o lazer.

“O morar na praia, permanentemente ou ocasionalmente, torna-se moda, e implica o redimensionamento das cidades litorâneas, cujo arcabouço estrutural voltava-se para o interior e ignorava as zonas de praia” (Dantas, Ferreira & Clementino, 2010, p.71). A prática marítima moderna aqui em tela - a vilegiatura marítima - consiste

[...] em deslocamento com o objetivo de estabelecer-se (fixar-se) em espaço privilegiado para seu exercício (zonas de praia). Incrementa-se, nesses termos, lógica dispare da preexistente, na qual esses sujeitos estabeleciam-se no sertão e nas serras, com suas famosas chácaras e sítios. O objeto de desejo desse novo vilegiaturista é a obtenção da segunda residência, construída nas praias das capitais nordestinas. (Dantas & Pereira, 2010, p.73)

Antes do desejo pelo mar, o homem tinha o sertão – onde se localizava a origem da produção que animava a economia da cidade e do porto - como objeto de desejo.

A ligação do homem da cidade com o Litoral era restrita à relação portuária, para escoamento das mercadorias e segurança. A necessidade de ir ao sertão, para a prática da vilegiatura, tinha como objetivo resgatar as origens e o convívio com familiares que lá ficaram, além do descanso, o que justificava a propriedade de uma segunda residência – a primeira ficava na cidade.

Segundo Seabra (Como citado por Dantas & Paula, 2010, p. 1), entende-se por segunda residência a “habitação cujo uso é eventual, a qual não se constitui suporte da vida cotidiana. E que na melhor das hipóteses seria utilizada 50% dos dias do ano, considerando todos os fins de semana e o período de férias escolares”.

A modificação da lógica de valorização social dos espaços, passando do sertão para o mar, gera novas práticas socioespaciais e conseqüentemente novas formas espaciais. À medida que tais práticas se expandem, provocam profundas mudanças na paisagem litorânea, sobretudo com a construção de residências secundárias, sendo este tipo de assentamento o ícone da espacialização da prática da vilegiatura marítima, territorializando o lugar dos antigos vilarejos de pescadores e agricultores.

Desde suas origens, a vilegiatura é incapaz de conviver longamente com práticas marítimas de outra natureza. Onde ela se instala gera conflitos. Os pobres tendem a ser expulsos, relegados a espaços menos valorizados, longe da praia e dos seus instrumentos de trabalho (sitios nos portos de jangada). (Dantas & Pereira, 2010, p.73)

A praia de Tibau vem atender às necessidades dessa classe abastada, primeiramente de Mossoró, que, tendo acesso às informações do exterior, da Capital Federal/RJ e de áreas vizinhas, como Natal e Fortaleza, sofrendo, inclusive, suas influências, passa a usufruir da praia e a vê-la como um lugar atrativo.

A modernidade da classe abastada de Mossoró é aqui representada pelos primeiros vilegiaturistas ilustres de Tibau procedentes de Mossoró, como o médico e humanista que lhe deu projeção Dr. Francisco Pinheiro de Almeida Castro, que a divulgava para fins terapêuticos, como também levava familiares e amigos para ali passearem no início do século XX,

Henrique Castriciano desce para Mossoró, ouvir o doutor Castro, o oráculo na clínica da região. O médico aconselha-o a fazer uma temporada de praia. Fixa-se no Tibau, olhando o mar, coqueiros, praias, pescadores de jangadas, velhas fazendo rendas. Escreve muitos versos (Rosado & Felipe, 1995, p. 65).

Além de fins terapêuticos, também havia um deslocamento de Mossoró para Tibau para o gozo do lazer. Pode-se citar o caso do sr. Jerônimo Rosado, o farmacêutico, que levava todo ano sua família para passar temporadas na praia, deslocando-se até dois dias em carro-de-boi, com parada em Gangorra, na praia vizinha de Grossos, para seguir viagem no dia seguinte até Tibau. A

temporada extensa da família Rosado em Tibau justificava a vinda de uma professora, a fim de lecionar para as crianças que se encontravam no grupo familiar.

Havia em Tibau um ambiente com vocação para o prazer, devido às suas belezas naturais e ao clima ameno, mas também um ambiente criado e provocado pela rotina dos vilegiaturistas dessa praia, que, segundo (Felipe & Rosado, 1995, p. 46), em pesquisa no Jornal “O Mossoroense” de 1918, foi relatada em versos: “[...] Por lá tudo é divertido. Alegria, dança e moda. Boa palestra na roda, que haja sol ou luar, [...]”.

Em 1908, outubro viagem do Dr. Castro com a família. Em 1911, 3 de junho, Tércio Rosado regressava do Tibau. Em 1915, o comércio de Mossoró registra que os professores Eliseu e Celina Viana regressavam de férias. O mossoroense em 1917 nos fala de uma excursão de automóvel que nos parece ter sido a primeira (Rosado & Felipe, 1995, p.45).

Segundo (Dantas, 2009, p. 17), referindo-se à valorização social da praia, “grosso modo, pode-se afirmar ser a valorização dos espaços litorâneos nos trópicos representativa da descoberta dos espaços litorâneos pela sociedade local e pautada em sua admiração pelo modo de vida ocidental, inclusive suas práticas de lazer”.

Para (Dantas & Pereira, 2010), a ocupação e o uso do espaço litorâneo de modo expressivo, principalmente nas proximidades das capitais nordestinas, se realizaram dentro de uma lógica do lazer, tendo esta se dado com a emergência de uma sociedade do lazer e urbana.

O contingente social que se desloca para Tibau representa hoje 84,62% de mossoroenses, dentro do universo entrevistado, e é constituído de profissionais liberais, autônomos, estudantes e aposentados. O nível de instrução também ajuda a caracterizar esse contingente urbano: 50% dos entrevistados, por exemplo, possuem nível superior completo e 12,82% estão com cursos em andamento.

A sociedade do lazer aqui caracterizada utiliza a praia de Tibau principalmente para o convívio familiar, criando, assim, um forte vínculo territorial com o lugar, onde passa a construir todas as condições necessárias e favoráveis de conforto e bem-estar exigidas por uma sociedade urbana. As práticas socioespaciais desta provocam, no entanto, um forte rebatimento na organização espacial de Tibau, rebatimento este que irá se refletir nos processos de urbanização, uma vez que a prática da vilegiatura é utilizada para “planejar” o território em foco.

3 - O Processo de Urbanização

A flexibilização da organização produtiva do espaço e o desenvolvimento do mercado financeiro, somados aos valores e práticas socioespaciais de uma sociedade urbana que possui seu cotidiano permeado por mercadorias, geram um ambiente fecundo para dinamizar os processos de uma urbanização necessário para a ampliação da fronteira do capital, com o apoio do Setor Imobiliário, criando novas e diversas possibilidades para os assentamentos humanos.

É dentro desta perspectiva que se empreende o esforço de se vir a avaliar o tipo de urbanização que vem se configurando em Tibau a partir da relação dialética com a prática da vilegiatura marítima, em que um passa a se realizar no outro.

O turismo e o lazer entram nesse contexto histórico como momento de realização da reprodução do capital, enquanto momento da reprodução do espaço – suscitadas pela extensão do capitalismo. Assim, a atividade turística captura o espaço, tornando-o mercadoria de desfrute, passível de ser consumida diferencialmente (Carlos, 2011, p.119).

A urbanização que vem se dando em Tibau para o consumo do lazer se instrumentaliza da prática da vilegiatura marítima e se fortalece e se expande com o discurso do desenvolvimento turístico abrigado no Projeto “Polo Costa Branca”.

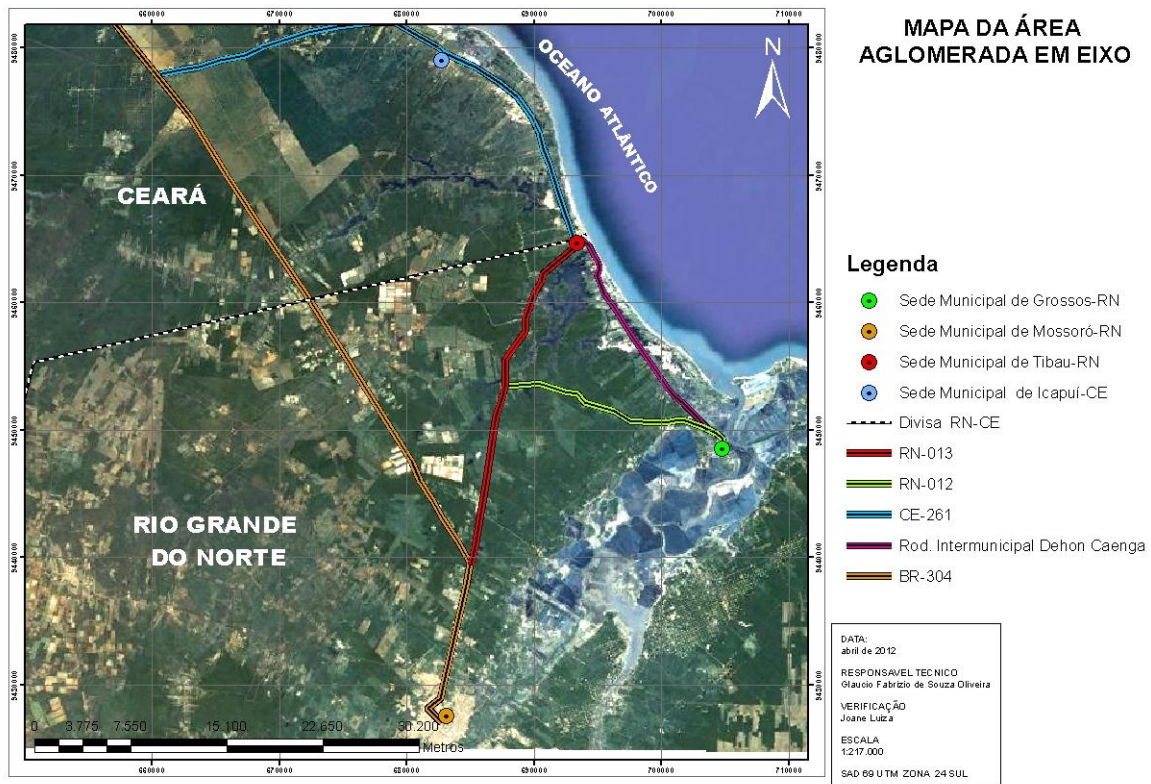
A busca dos vilegiaturistas pelo espaço do e para o lazer se deu, de início, na sede municipal de Tibau, não se restringindo, portanto, à zona de praia, como nos outros municípios litorâneos do estado - o que lhe confere uma particularidade: a prática da vilegiatura marítima acontece principalmente na sede municipal de Tibau.

Devido a isto, a prática da vilegiatura marítima vem interferindo no ordenamento e no uso do território urbano dessa localidade, promovendo uma urbanização que irá conferir-lhe a forma de uma cidade compacta. No entanto a ocupação da faixa litorânea pela vilegiatura, vem se intensificando nas duas últimas décadas, por meio das rodovias estruturantes intermunicipais, dando origem, a uma nova forma de cidade: a de uma cidade estendida

Essa cidade estensa se estrutura com o apoio do Eixo Rodoviário Turístico (Dehon Caenga, RN-12 e CE-261), que aglomera dois outros centros urbanos - Grossos e Icapuí/CE - configurando uma morfologia em eixos, com cerca de 60 quilômetros, paralelo à faixa litorânea e relativamente

próximo ao centro regional de Mossoró, que recebe a Rodovia Federal como a BR-304, abrindo as portas do sertão para o mar como apresenta o Mapa 2.

Mapa 2 – Ilustração da área aglomerada em eixos



Cartografia: Glauco Fabrício, 2012.

Segundo Sposito (2007), os processos relativos à urbanização difusa, promove a morfologia em eixo, e representa uma nova forma de produção do espaço, o que não se restringe às grandes metrópoles e seu entorno. Também alcança centros urbanos e aglomerados não metropolitanos, como acima explicitado pelo Mapa 2. E também se localizam próximas da área metropolitana, aqui ao aglomerado Mossoró-Açu, e ao longo dos eixos mais modernos de circulação mais rápida, aqui as rodovias estruturantes para prática do lazer e turismo, como também para o escoamento das atividades da extração do petróleo e sal e da agroindústria representada pela fruticultura.

O Geógrafo italiano Giuseppe Dematteis traz, de forma mais pontual, o processo de urbanização que impõe a forma da cidade difusa, como novos processos, dinâmicas e formas na construção do espaço urbano estendido. Segundo ele, a cidade difusa é uma dinâmica,

[...] que significa forma de expansão urbana independente dos campos de polarização dos grandes centros. A cidade difusa tem como suporte de

crescimento as estruturas de assentamento reticulares em forma de malhas mais ou menos espessas. Quando estas malhas se correspondem com as da trama dos municípios ou com tramas ainda menores, este tipo de crescimento origina áreas de relativa densificação urbana, extensas e compactas [...] (Dematteis, 1998, p. 10, Tradução nossa).

Ainda segundo Dematteis, a dinâmica da cidade difusa irá gerar uma morfologia urbana que ele denominará de *difusão reticular*, em que “a cidade difusa é característica dos tecidos mistos residenciais e produtivos (industriais, terciário-produtivos, agroindustrial, turísticos) derivados de dinâmica endógena do tipo distrito industrial e da descentralização metropolitana de amplo raio” (Dematteis, 1998, p. 11).

A Rodovia “Dehon Caenga”, uma das vias estruturantes da morfologia urbana em eixo, como apresenta a Figura 1, promove a espacialização de uma cidade expandida, apresentando ao longo dos seus 22 quilômetros uma forma descontínua estruturada por segunda residência, com tipologias de condomínios fechados de alto padrão, restaurantes e, com menor expressão espacial, de domicílios de uso permanente e modestos estabelecimentos comerciais.

A fusão da Dehon Caenga com a CE-261, com cerca de 60 quilômetros, resultou numa conurbação à beira-mar, confundindo muitas vezes os moradores e vilegiaturistas quanto a saber a qual município cabem a responsabilidade pelos serviços públicos.

A urbanização em foco vem se estruturando através dos eixos rodoviários supracitados, do tecido misto constituído pelas residências (principalmente de uso ocasional) e das atividades do Setor Terciário, com maior expressão para o setor de bares, restaurantes, panificadoras, supermercado e material de construção.

Diante do que foi exposto até aqui pode-se afirmar que a territorialização da vilegiatura marítima vivenciada em Tibau traz os problemas gerados em decorrência de sua morfologia urbana, isto é, a cidade difusa, que, conforme Dematteis (1998, p.11), acarreta

[...] o agravamento nos desequilíbrios territoriais; o alto consumo do solo, e de energia, fontes de contaminação do ar e da água com custos de infraestruturas e de gestão dos serviços destinados a crescer rapidamente a partir de limiares de densidade relativamente baixos. Além de gerar um processo de rururbanos – que significa um crescimento desequilibrado levando a eliminação da paisagem rural original (Tradução nossa).

As discontinuidades territoriais geradas pela prática da vilegiatura em Tibau são evidentes tanto nas relações espaciais quanto nas formas, onde se tem cada vez mais uma urbanização expandida em busca de áreas ainda livres para loteamentos com fins especulativos ou para a construção de uma diversidade de condomínios fechados.

Tais condomínios possuem sistemas de segurança cada vez mais sofisticados, segundo o discurso do mercado, para proteger o residente, agregando, assim, maior valor ao produto.

Outra característica importante que precisa ser ressaltada são as tipologias residenciais, muitas vezes alheias ao conforto ambiental exigido pelas características climáticas e geomorfológica de uma região semiárida, constituindo-se em cópias de paisagens artificiais vendidas por publicidades dos EUA e Europa.

Para que a lógica da construção do espaço para o lazer e turismo, objetivando a promoção do lucro, possa acontecer, o capital imobiliário promove de forma mais rápida e intensa a transformação de área rural em terras urbanas, como apontado por Dematteis (1998). Essa transformação é bastante lucrativa para os promotores imobiliários, pois adquirem grandes áreas de baixo valor, que, posteriormente, passam a ter um alto valor de troca, quando transformadas em produtos imobiliários para atender a um mercado cada vez mais diversificado e com poder de consumo.

Segundo Spósito, essa dinâmica traz atualmente uma proximidade geográfica entre os ricos e pobres, que se justapõem de forma contínua ou descontínua, promovendo assim uma fragmentação socioespacial que a autora afirma ser uma consequência da (auto)segregação socioespacial, onde não existe diálogo entre as diferenças.

A valorização social da praia, passando a se constituir como mercadoria, impõe uma maior atenção dos gestores municipais, do Poder Público e da Sociedade Civil para essa dinâmica que está sendo imposta. Tal prática já vem sendo vivenciada em outros países, como a Espanha, e sendo tratada como um problema para a população local e para os gestores em ecossistemas litorâneos, devido à sua sazonalidade e às profundas transformações no espaço.

Considerações finais

O estudo aqui proposto tenta relacionar de forma dialética a urbanização da cidade de Tibau com a prática da vilegiatura marítima, o que vem ajudando a compreender que novos processos são gerados com a reestruturação do sistema de produção capitalista que se refletem na flexibilização da organização produtiva do espaço, promovido pelo mercado financeiro e somado ao Setor Imobiliário e aos valores e práticas socioespaciais de uma sociedade urbana.

Com isto, decisões outras passam a nortear as novas escolhas locacionais, como forma de (re)ordenamento espaço-temporal, de modo a ampliar o espaço geográfico para atingir os objetivos da realização do ciclo do capital.

Afirmar ser Tibau uma “cidade mercadoria” ou “cidade aberta” significa dizer que é aberta para possibilidades diversas de crescimento dentro do discurso neoliberal, aqui privilegiando as atividades econômicas voltadas para o lazer e para o turismo, com vistas a uma promoção do desenvolvimento local.

Mas a cidade, na verdade, se encontra aprisionada e seus munícipes sitiados quando dependem de uma sazonalidade responsável por sua sobrevivência.

No âmbito político e social, tem-se uma cidade sem governança, pois é extensa e de difícil governabilidade por parte da gestão municipal. E mais: a ação política é desordenada, por não ter projeto explícito. Mesmo assim, patrocina o Setor Privado com infraestrutura, gerando grandes custos direcionados principalmente para um público que se desloca sazonalmente para a cidade e relegando a população local à própria sorte, nos períodos que não compreendem a chamada “alta estação”, que favorece a geração de renda e emprego com a chegada dos vilegiaturistas.

O meio ambiente também é atingido em seus ecossistemas, por serem de extrema lucratividade para o mercado imobiliário, como é o caso das dunas, das falésias e das áreas próximas à faixa do estirâncio.

O território urbano até então apreendido vem respondendo às necessidades do capital, construindo e (re)construindo uma cidade estendida ao longo do Litoral para uma demanda emergente da “sociedade do lazer”, promovendo, assim, uma segregação e uma fragmentação do espaço, apresentando uma nova realidade de práticas socioespaciais e de morfologia urbana.

Referências

- Corrêa, R. L. (1989). **A rede Urbana**. São Paulo: Ática S.A., Série Princípios
- Corbin, A. (1989). **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das letras.
- Carlos, A. F. A. (2011). **A condição espacial**. São Paulo: Contexto.
- Dantas, E. W. C. (2009). **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC.
- Dantas & Pereira. **Reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos**. (2010). In: Dantas, E. W. C., Ferreira, A. L., Clementino, M. L. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Dantas & Paula. (2010). **Entre a pesca e a “rede”**: pescadores e vilegiaturistas no processo de (re)produção do espaço litorâneo em Cumbuco – Caucaia-CE. Disponível em <[PDF]WWW.agb.org.br>. Data de acesso em novembro de 2010
- Dantas, E. W. C., Panizza, A., & Pereira, A. Q. (2008). Vilegiatura marítima no nordeste brasileiro. In: **Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008**. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Barcelona: Geocrítica.
- Felipe, J. L. A. (1982). **Organização do espaço urbano de Mossoró**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, (Coleção Mossoroense).
- Dematteis, G. (1998). **Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas**. In.: La Ciudad Dispersa: suburbanización Y nuevas periferias. Barcelona.
- Guedes, M. (2010). **Tibau perfil de uma cidade praia**. Mossoró: Fundação Vingh-Um Rosado. (Coleção Mossoroense)
- IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. (2001). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste, e Centro-oeste**. Brasília: IPEA.
- Luz, G. (2010). **O poeta na Sombra**. Mossoró: Queima Bucha.
- Rosado, V. & Felipe, J. L. A. (1995). **Tibau, Espaço e Tempo**. Mossoró: Coleção Mossoroense. REIS, Nestor Goulart. **Dispersão Urbana - diálogo sobre pesquisas: Brasil - Europa** . São Paulo: FAU-USP, 2007.
- Sposito, M. E. (2007). **Descontinuidades territoriais e novas morfologias urbanas no estado de São Paulo**. In: Reis, N. G., & Tanaka, M. S. (Coord.). **Brasil: estudos sobre a dispersão urbana**. São Paulo: FAU-USP, p. 93-109.
- Sposito, M. E. (2009). **Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneos**. In: Reis, N. G. (Org.). **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: vida das artes, LAP/FAU-USP, 2008. p. 38-54.
- Sposito, M. E. (2011). **Da produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais**. In: Carlos, A. F. A., Souza, M. L., & Sposito, M. E. B (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, p. 123-145.